

Comércio vai pagar por invasão

Seis reais por metro quadrado é o maior preço que cada comerciante vai desembolsar, a cada mês, pela ocupação de áreas públicas

Os bares e restaurantes do Plano Piloto que utilizam área pública começam a pagar, dentro de um mês, uma taxa pela ocupação desses espaços. Até a próxima semana os fiscais da Administração Regional de Brasília deverão visitar cerca de 1.300 estabelecimentos nessas condições para prestar esclarecimentos sobre o assunto.

Será permitido o avanço de até seis metros nos fundos das quadras comerciais. Caso a área seja coberta com material provisório, o comerciante terá que tirar do bolso mensalmente R\$ 6 por metro quadrado. Aqueles que construíram de forma definitiva pagarão uma multa de 50% sobre o valor total.

O preço é menor para os casos de estabelecimentos que utilizam área pública sem colocar qualquer tipo de cobertura. Caso das mesas e cadeiras espalhadas nas calçadas e nos intervalos entre um bloco e outro. O metro quadrado fica em R\$ 2,50 mensais, mas o comerciante tem que deixar livre um espaço de pelo menos três metros para passagem de pedestres.

Aqueles que não obedecerem as novas regras vão receber notificações e multas que variam de R\$ 100 a R\$ 500 dependendo do espaço

ocupado. Se o infrator insistir na irregularidade pode ter o estabelecimento interdito.

PROJETO

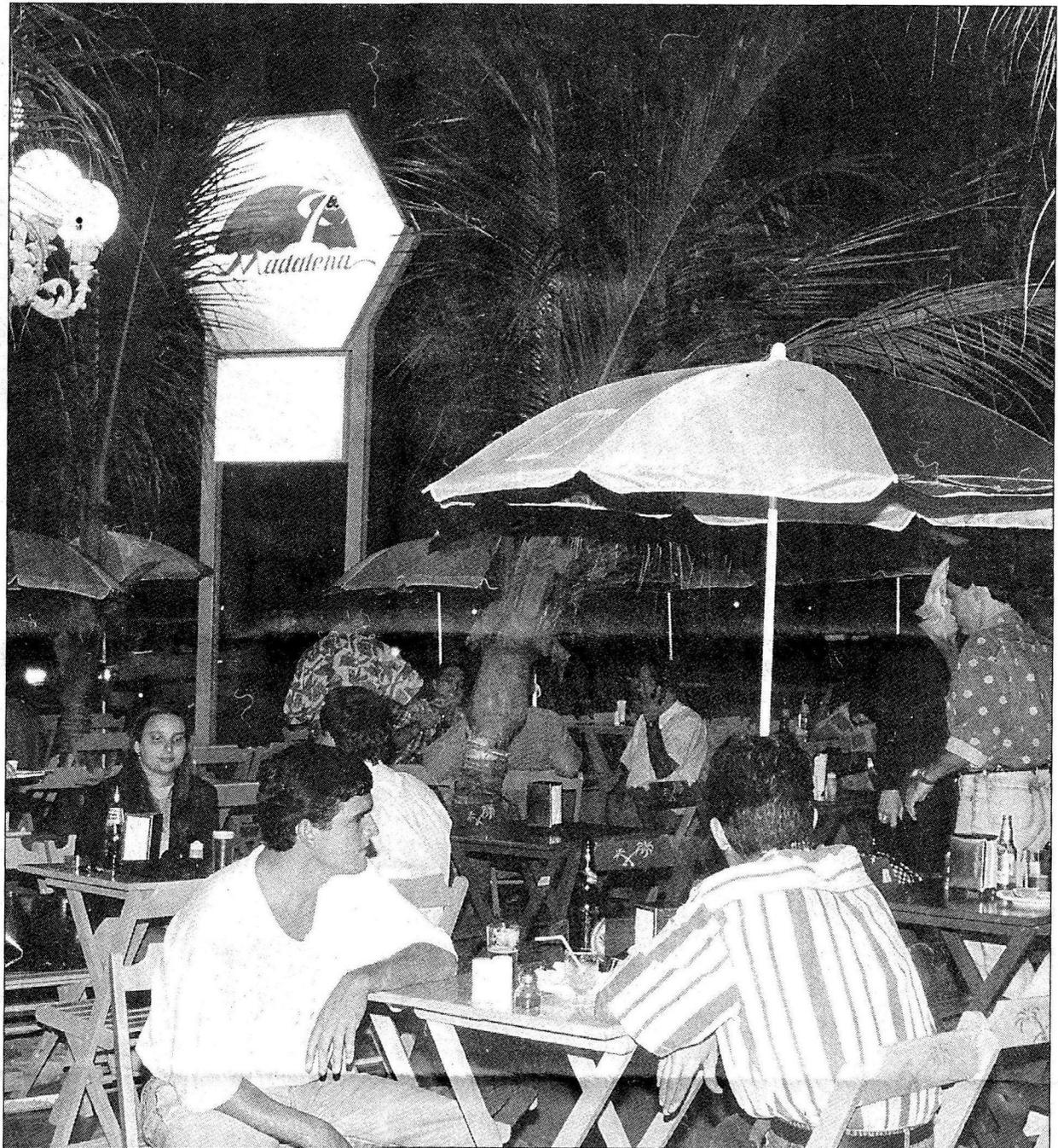
Os comerciantes que não utilizam área pública também podem apresentar um projeto e obter autorização para uso desses espaços. Mas todo material usado na construção tem que ser de caráter provisório, exemplo dos toldos e treliças. "Não vale nenhum tipo de material definitivo, como alvenaria ou telhados", explica o administrador de Brasília, Antônio Carlos de Andrade.

Ele calcula que somente com as ocupações atuais o governo deve arrecadar cerca de R\$ 300 mil por mês. "Há pelo menos 900 comércios que poderão ampliar seus espaços. Sendo assim a arrecadação deverá ficar ainda maior", aposta o administrador. "Esses recursos são fundamentais para melhorias na cidade."

O administrador garante que se esforçará para visitar pessoalmente os bares e restaurantes da cidade para entregar uma cartilha com explicações sobre as novas regras. "Também estaremos à disposição dos comerciantes que queiram vir aqui para tirar dúvidas", acrescenta.

O proprietário dos bares Sossega Madalena e Zé Lingüiça, Mauro Borba, acha a cobrança de taxa para quem invade área pública "altamente justa", só não concorda com os valores estipulados.

"Com a crise que o setor está vivendo, muitos estabelecimentos devem fechar", acredita. "O preço tem que ser coerente com a realidade dos nossos custos. Há três anos e meio não há acréscimo nos produtos vendidos nos meus



Só o Sossega Madalena, na 412 Sul, terá de pagar por mês entre R\$ 700 e R\$ 800 à Administração de Brasília

bares", aponta ele, que chegou a ter 18 bares no Distrito Federal.

"Por essa tabela, eu gastaria por mês entre R\$ 700 a R\$ 800 somente no Sossega Madalena. É quase 50% do valor do aluguel da loja", diz. "Apesar de ser uma forma de regularizar uma situação que se estende há

muitos anos, acho o valor inviável."

O diretor do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes, Rodrigo Martins, pensa diferente. "O importante é que daqui para frente vai ser legitimado o uso das áreas públicas. A partir do momento que você paga tem reconhecido o direi-

to de utilização. Isso evita uma série de problemas que a categoria já teve no passado", diz. "Nossa conquista foi grande, embora não atenda ainda à realidade de todos os bares de Brasília. A nossa intenção é aprimorar ainda mais essa relação."